

EDITAL N° 006/2025

Licitação N° 006/2025

Processo Administrativo N° 104/2025/CEASA/MS

As Centrais de Abastecimento de Mato Grosso do Sul S.A – CEASA/MS, através de seu Diretor-Presidente, Daniel Mamédio do Nascimento, faz saber que realizará Licitação pelo Modo de Disputa Fechado, na sua forma Presencial, em epígrafe, visando à contratação de execução de obra, nos termos enunciados na cláusula 1 – DO OBJETO, deste Edital, regida pela Lei Federal nº 13.303/2016, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Ceasa/MS- RILC, pela Lei Complementar nº 123/2006, bem como as cláusulas e condições constantes neste Edital. O critério de julgamento adotado será o de **menor preço global**.

O recebimento das propostas ocorrerá até às **12h00 do dia 26/11/2025.**

A abertura das propostas será realizada às **09h30 do dia 27/11/2025.**

Local: Sala de reunião da sede administrativa da Ceasa/MS, sito a Rua Antônio Rahe, 680, Bairro Mata do Jacinto – Campo Grande/Mato Grosso do Sul.

Será considerado o horário local para todas as indicações de tempo constantes neste Edital.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO

1.1. A presente licitação visa à contratação, sob regime de empreitada por preços unitários, de empresa para prestação de serviços comuns de engenharia, para a reestruturação funcional do pavimento de 5.020,26 m² e drenagem superficial na pista de rolamento da Ceasa/MS, conforme definido nos elementos técnicos constantes neste Edital.

1.2. O prazo de vigência do Contrato a ser celebrado com base neste processo licitatório será de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato. Este prazo poderá ser renovado até o limite de 05 (cinco) anos no interesse da Ceasa/MS, nos termos do RILC e desde que atendidos os demais requisitos previstos no mesmo artigo.

1.3. O prazo para a execução dos serviços objeto deste Edital é de 12 (doze) meses contados a partir da emissão da Ordem de Serviço expedida pela Ceasa/MS.

1.4. O pagamento referente às medições realizadas será efetuado em moeda corrente nacional exclusivamente em nome da CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias, sempre contados da apresentação e aprovação das respectivas faturas.

1.5. O prazo para a assinatura do contrato será de 5 (cinco) dias úteis contados a partir da convocação do adjudicatário.

1.6. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

1.6.1 ANEXO I – PROJETO BÁSICO;

1.6.2 ANEXO II – MODELOS FORNECIDOS;

1.6.3 ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO.

1.7. Os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, e caso deseje, em separado as declarações exigidas no subitem 3.2.1 deste Edital, no que couber, deverão ser entregues DILIC – Divisão de Licitação e Contrato da Ceasa/MS, sita na Rua Antônio Rahe, nº 680, Bairro Mata do Jacinto, em Campo Grande/MS, CEP: 79033-580, até às 12:00 (meio-dia) horas (horário local), do dia 26 de novembro de 2025. Não serão consideradas propostas entregues além do prazo estipulado.

1.6.1 Os licitantes que optarem pelo envio postal de seus documentos poderão encaminhar à DILIC – Divisão de Licitação e Contrato da Ceasa/MS, sita na Rua Antônio Rahe, nº 680, Bairro Mata do Jacinto, em Campo Grande/MS, CEP: 79033-580, Fone (67) 3351-1770, aos cuidados da Sra. Tatiane Maciel Reginaldo. Sendo que, os mesmos deverão estar de posse da Comissão até a data e horário limite, estipulados no subitem acima para protocolo dos envelopes de proposta e documentação, bem como em separado as declarações exigidas no subitem 3.2.1 deste Edital, no que couber.

CLÁUSULA 2ª: PREÇO

2.1. O preço máximo admitido para o presente processo licitatório é sigiloso e deverá ser mantido até a fase de negociação, podendo ser divulgado durante a mesma para obtenção da proposta mais vantajosa, nos termos do Regulamento Interno e de Licitações – RILC.

2.2. Para formação do valor estimado para a presente contratação foi utilizada a data de referência orçamentária do mês de Julho/2025, obtida no Boletim de Preços SINAPI.

CLÁUSULA 3ª: CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1.1. Poderão participar desta licitação as empresas legalmente constituídas e estabelecidas, que estejam habilitadas e capacitadas a executar o seu objeto, que satisfaçam, integralmente, a todas as condições do Edital.

3.1.2. A participação na licitação implica na aceitação integral e irretratável pelas Licitantes, dos termos, cláusulas, condições e anexos do Edital, que passarão a integrar o contrato como se transcrito, com lastro na regência legal referida no Preâmbulo deste Edital, bem como na observância dos regulamentos internos da Ceasa/MS e das normas técnicas aplicáveis, não sendo aceita, sob qualquer hipótese, alegação de seu desconhecimento em qualquer fase do procedimento licitatório e execução do contrato.

3.1.3. Não poderão participar da licitação as sociedades empresárias:

a) Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da CEASA/MS;

- b) Suspensão de participar de licitações na CEASA/MS;
- c) tenha sido declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, na forma da legislação aplicável, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- d) esteja sob os efeitos da sanção de impedimento para licitar e contratar com os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado do Mato Grosso do Sul, na forma da legislação aplicável, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- e) Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
- f) Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea
- g) Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- h) Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- i) que possuir, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea para licitar e contratar com a Administração Pública, na forma da legislação aplicável.
- j) na condição de concorrentes, pessoas físicas ou jurídicas em consórcios e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;
- k) que estejam constituídas sob a forma de consórcio;
- l) Não será permitida a participação de empresas estrangeiras que não estejam estabelecidas no país; de empresas que se encontrem sob falência, recuperação judicial, dissolução ou liquidação, tampouco consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição. Estão também abrangidas pela proibição aquelas que tenham sido punidas com suspensão do direito de licitar e contratar com o Estado do Mato Grosso do Sul, declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Ceasa/MS ou com a Administração Pública.

3.1.4. Aplica-se a vedação prevista no item anterior deste Edital:

- a) à contratação do próprio empregado ou dirigente da CEASA/MS, como pessoa física, bem como à participação dele em processos licitatórios, na condição de Licitante;
- b) à quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:
- c) dirigente da CEASA/MS;
- d) empregado da CEASA/MS cujas atribuições envolvam a atuação na Unidade responsável pela licitação ou contratação;
- e) Autoridade do Estado do Mato Grosso do Sul, assim entendidos aqueles que

exercem o cargo de Secretários de Estado, Diretores Gerais, Presidentes de Estatais e de Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica, fundacional, bem como dos Serviços Sociais Autônomos e seus equivalentes vinculados ao Estado do Mato Grosso do Sul;

f) cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CEASA/MS há menos de 6 (seis) meses.

3.1.5. A Licitante deverá apresentar declaração, sob pena da lei, assinada pelo respectivo representante legal, informando que não se enquadra em nenhuma das situações de impedimento descritas neste Edital, **conforme Modelo 6 previsto no Anexo II deste Edital.**

3.1.6. As Licitantes deverão assumir todos os custos associados à elaboração de suas propostas, não lhes assistindo nenhuma indenização pela aquisição dos elementos necessários à organização e apresentação das propostas.

3.1.7. A declaração por escrito de enquadramento como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, para fins de tratamento diferenciado, conforme dispõe os artigos 42 a 45 da Lei Complementar 123/06, deverá ser apresentada com base no Modelo 5 previsto no Anexo II deste Edital, sob pena de preclusão.

3.1.7.1. A empresa que declarar falsamente se tratar de microempresa, empresa de pequeno porte para valer-se do tratamento diferenciado concedido pela Lei Complementar nº 123/2006 incorrerá no crime de falsidade ideológica e estará sujeita às penas previstas no art. 299 do Código Penal, sem prejuízo das demais penalidades cíveis e administrativas cabíveis.

3.1.8. Como condição prévia ao recebimento dos envelopes, a Comissão de Licitação poderá verificar o eventual descumprimento das Condições de Participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

3.1.8.1. Registro Cadastral da Ceasa/MS;

3.1.8.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica - TCU Inidôneos - Licitantes Inidôneos, CNJ CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade Portal da Transparência CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas Portal da Transparência CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

3.1.9. A consulta aos cadastros poderá ser realizada em nome da empresa Licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

3.1.10. Constatada a existência de sanção, ou descumprimento das Condições de Participação, a Comissão de Licitação poderá dispensar a empresa Licitante, procedendo com o registro fundamentado em ata.

3.1.11. Induzir a Comissão de Licitação a erro ou equívoco, por ato omissivo ou comissivo, a respeito das condições expostas nesta Cláusula, sujeita o autor a sanções administrativas, cíveis e penais cabíveis.

3.2 CREDENCIAMENTO

3.2.1. A Licitante, nas sessões públicas, poderá se fazer representar por dirigente, por procurador ou pessoa devidamente credenciada, através de Instrumento Público ou Particular, escrito e firmado pelo representante legal da mesma, a quem sejam outorgados ou conferidos amplos poderes para representá-lo em todos os atos e termos da licitação, acompanhado de:

- a. Declaração de enquadramento como ME/EPP, se for o caso, conforme Modelo 5 disposto no Anexo II deste Edital;
- b. Declaração de Ausência de Impedimentos para Participação, conforme Modelo 6 disposto no Anexo II deste Edital;
- c. Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação, conforme Modelo 7 disposto no Anexo II deste Edital;
- d. Documento que comprove os poderes de quem assina a documentação apresentada, em uma das formas elencadas no TÍTULO “A” - HABILITAÇÃO JURÍDICA ou ainda, Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado da sede da licitante ou Procuração Pública.

3.2.1.1. Caso a empresa opte por não se fazer representada na sessão de abertura dos envelopes, os documentos referidos no subitem 3.2.1 deverão ser entregues em envelope separado, juntamente com os envelopes de Proposta de Preços e Documentação de Habilitação, no prazo estipulado no subitem 1.6 deste Edital.

3.2.2. O dirigente provará sua condição de representante através de documento legal idôneo, como contrato social, estatuto social, certidão simplificada da junta comercial, registro de empresário individual e ata de assembleia de eleição.

3.2.3. O preposto deverá apresentar instrumento de mandato com poderes de representação legal, através de procuração pública ou particular.

3.2.3.1. No caso de representação por instrumento particular, este deve estar assinado pelo representante legal da sociedade empresária, **acompanhado de documento idôneo que comprove poderes para outorgar procuração (p. ex.: contrato social, estatuto social, ata de assembleia de eleição, dentre outros).**

3.2.3.2. A representação por instrumento público dispensa a apresentação de documento que comprove os poderes de outorga de procuração.

3.2.3.3. O documento para comprovação de outorga de procuração deverá estar acessível para apresentação à Comissão de Licitação no momento do Credenciamento, independentemente da existência de idêntico documento dentro do envelope de habilitação.

3.2.3.4. A não apresentação da procuração não implicará em inabilitação, mas impedirá a prática de qualquer ato em nome da Licitante pela respectiva pessoa física.

3.2.4. A representação, por instrumento público ou pelo contrato social, quando apresentada em cópia reprográfica, obrigatoriamente deverá estar autenticada por cartório extrajudicial competente.

3.2.5. A representação, por instrumento público ou particular, será acompanhada de documento de identificação com foto do representante, emitido por Órgão Público.

3.2.6. Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de uma Licitante junto à Comissão, sob pena de exclusão sumária de todas as Licitantes representadas.

3.2.7. Poderão estar presente às sessões da licitação mais de um representante autorizado de cada Licitante. Porém, apenas um poderá participar ativamente de cada sessão.

3.2.8. Encerrada a etapa de Credenciamento de todos os representantes, não será permitida a participação de retardatários.

3.2.9. Será advertido verbalmente o representante de Licitante, ou qualquer outro interessado no certame, cuja conduta perturbe o bom andamento da sessão, podendo a Comissão de Licitação determinar a sua retirada do recinto, caso persista na conduta faltosa.

3.2.9.1 É facultada à Comissão de Licitação, mediante ato motivado e registrado em Ata de Sessão, requisitar o auxílio de força policial, ou equivalente na sua ausência, para retirar da sessão quem quer que a perturbe.

3.2.10. A ausência de constituição de representante na Sessão pública de licitação será devidamente registrada na Ata da Sessão de Licitação.

CLÁUSULA 4ª: APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES

4.1. Os documentos correspondentes às fases de PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, depois de ordenados na sequência estabelecida neste Edital, deverão ser entregues separadamente, em envelopes fechados e lacrados, rubricados no fecho e identificados com o nome da Licitante e contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS

4.1.1. Número da Licitação e objeto;

4.1.2. Razão Social e endereço da Licitante;

4.1.3. Identificação do envelope:

ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1.4. Número da Licitação e objeto;

4.1.5. Razão Social e endereço da Licitante;

4.1.6. Identificação do envelope:

4.2. A confusão de envelopes (por exemplo: documentação de habilitação apresentada no ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS, e vice-versa), acarretará a desclassificação ou na inabilitação sumária da Licitante, a depender da fase em que o certame se encontre.

4.3. No caso de um mesmo documento ser hábil para comprovar exigências pertinentes a mais de uma fase da licitação (credenciamento, habilitação, proposta

técnica, proposta de preço), poderá ser aproveitada a via inicialmente apresentada para comprovação da condição de que trata nas fases seguintes do processo licitatório.

4.4. Em nenhum caso a Licitante poderá alegar que o documento exigido, para determinada fase de licitação, está compondo o conteúdo do envelope correspondente a outra fase posterior. A ocorrência desta situação implicará em desclassificação ou inabilitação, a depender da fase em que o certame se encontre.

4.5. Os documentos contidos nos envelopes descritos nesta Cláusula DEVERÃO ser apresentados de forma encadernada, devidamente rubricados e numerados sequencialmente, da primeira à última página, de modo a refletir seu número exato.

4.6. A eventual falta de numeração ou a numeração incorreta, não será motivo de inabilitação ou desclassificação, podendo ser suprida pelo representante da Licitante na sessão de abertura dos respectivos envelopes ou pela Comissão de Licitação, na ausência daquele.

4.7. Os documentos apresentados deverão ser obrigatoriamente, do mesmo estabelecimento da Licitante, ou seja: se da matriz, todos da matriz, se de alguma filial, todos da mesma filial; com exceção dos documentos que sejam válidos tanto para a matriz quanto para todas as filiais. Caso a Licitante seja vencedora, o contrato será celebrado com o estabelecimento que apresentou a documentação.

CLÁUSULA 5ª: PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. Os elementos do **ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS** serão encabeçados por índice, relacionando todos os documentos e as folhas em que se encontram, e deverá ser **apresentada em 01 (uma) via**, numerada e rubricada, sem emendas ou rasuras, na forma de original, sendo apresentados conforme a seguinte ordem:

5.1.1. Carta proposta devidamente preenchida, conforme Modelo contido no Anexo II deste Edital;

5.1.2. Planilha de Custos e Formação de Preço (fornecida pela Ceasa/MS), não sendo permitida qualquer alteração nos campos de Descrição, Unidades e Quantidades, caso isso aconteça prevalecerá a redação da planilha disponibilizada pela Ceasa/MS;

5.1.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.1.4. Na composição dos custos unitários a Licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços (Resolução-TCE/MS nº 88 de 03/10/2018), conforme disposto no **subitem 5.1.4.1** abaixo, somente a empresa vencedora deverá apresentar a Planilha.

5.1.4.1. Após a publicação da ata de encerramento realizada pela Comissão Permanente de Licitações e transcorrido o prazo recursal, a empresa classificada em primeiro lugar será convocada via email, e a mesma terá o prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, que será estipulado na convocação para a apresentação da **Planilha de composição de custos unitários** (Resolução-TCE/MS nº 88 de 03/10/2018) e ainda a **planilha de composição dos encargos sociais**, sob pena de desclassificação e consequentemente a convocação da empresa segunda colocada no certame, se houver, sendo que esta terá o mesmo prazo para atender a solicitação da Comissão.

5.1.5. Todos os dados informados pela Licitante em sua Planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.

5.1.6. **Cronograma físico-financeiro**, em conformidade com as etapas, prazos e demais aspectos fixados pela Ceasa/MS.

5.1.7. A planilha de custos e formação de preços fornecida não poderá ter os seus quantitativos alterados sem prévia autorização da Ceasa/MS.

5.1.8. A composição do BDI para **Serviços, Materiais e Equipamentos**, detalhando todos os seus componentes, sob a forma percentual.

5.1.8.1. Os custos relativos à administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária;

5.1.8.2. As alíquotas de tributos cotadas pela Licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

5.1.8.3. Os tributos considerados de natureza direta e personalíssima, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI, nos termos do art. 9º, II do Decreto 7.983, de 2013.

5.1.8.4. Licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Ceasa/MS reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

5.1.8.5. As empresas Licitantes optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar nº 123/2006.

5.1.8.6. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

5.1.8.7. Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, a Licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto.

5.2. Na hipótese de celebração de aditivos contratuais para a inclusão de novos serviços, o preço desses serviços será calculado considerando o custo de referência e a taxa de BDI de referência especificada no orçamento-base da licitação, subtraindo desse preço de referência a diferença percentual entre o valor do orçamento-base e o valor global do contrato obtido na licitação, com vistas a garantir

o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pelo contratado.

5.3. Será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico da obra, nos termos definidos no Projeto Básico e no respectivo cronograma.

5.4. O prazo de **validade da proposta** de preços será de **90 (noventa) dias**.

5.4.1 A Proponente que estabelecer prazo inferior a **90 (noventa) dias** de validade da proposta terá sua proposta desclassificada, caso a impropriedade não seja sanada na sessão.

5.5. A apresentação de uma proposta na licitação fará prova de que a empresa licitante:

5.5.1. Examinou criteriosamente todos os documentos do Edital e seus anexos, que os comparou entre si e obteve todas as informações necessárias, antes de apresentá-la.

5.5.2. Conhece e concorda com todas as especificações e condições do Edital.

5.5.3. Considerou que o edital e/ou anexos desta licitação permitiram a elaboração de uma proposta totalmente satisfatória.

5.5.4. Atende as condições de participação, não se enquadrando nas hipóteses de impedimento previstas no Edital.

5.6. Fica também estabelecido que as especificações, os anexos e a documentação da licitação são complementares entre si.

CLÁUSULA 6ª: DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. O **ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** conterá todos os documentos relacionados nesta Cláusula, **em 01 (uma) via** encadernada, devidamente numerada e rubricada, sem emendas ou rasuras, encabeçadas por índice relacionando os documentos e as folhas em que se encontram.

6.2. Os documentos **DEVEM** ser apresentados no original, publicação em Órgão da Imprensa Oficial, ou por qualquer processo de cópia devidamente autenticada, seja por cartório ou oficial de registro competente.

6.3. **Não serão admitidos registros cadastrais de outros Órgãos ou entidades da Administração Pública, salvo aqueles cuja excepcionalidade esteja expressa neste Edital.**

6.4. Atestados de empresas que passaram por processo de fusão, incorporação e cisão serão considerados para efeito de comprovação da capacidade técnica da sucessora, desde que sejam obedecidos os procedimentos legais, mediante documentos formais, com os respectivos registros cartorários.

6.5. No caso de **cisão parcial**, é vedado o uso simultâneo e **nos seus quantitativos integrais**, numa mesma licitação, dos atestados expedidos em nome da empresa-

mãe (no seu estado anterior) pelas empresas objeto da cisão parcial: empresa-mãe e empresa(s)-filha(s).

6.6. As certidões extraídas pela internet somente terão validade se confirmada sua autenticidade nos termos indicados pela legislação competente ou pelo órgão emissor do documento, para tanto.

6.7. O teor dos documentos de habilitação **PODERÃO** ser destacados, por meio de **realce de texto**, nas informações pertinentes à habilitação, sobretudo relacionada a validade de documentos e às parcelas relevantes exigidas no Projeto Básico.

6.8. Caso haja necessidade, o(a) Agente de Licitação, poderá, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias, adotando medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades meramente formais na proposta e/ou documentação de habilitação, ou ainda, complementar a instrução do processo, quando necessário esclarecer e/ou sanar erros e/ou falhas que não alterem a substância das propostas, documentos de habilitação e sua validade jurídica.

a) As empresas, quando intimadas a regularizar alguma das situações mencionadas acima, terão o prazo de até 02 (dois) dias úteis (prorrogáveis por igual período a critério da Agente de Licitações), para fazê-lo, a partir da convocação do (a) Agente de Licitação, sob pena de desclassificação.

b) Somente serão empreendidas diligências para dirimir dúvidas ou sanar irregularidades, quando houver o total atendimento das demais exigências editalícias.

TÍTULO “A” - HABILITAÇÃO JURÍDICA

A.1 Registro comercial, no caso de Licitante empresa individual e cédula de identidade, no caso de Licitante pessoa física;

A.2 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de Licitante sociedade empresária sendo que, no caso de sociedade por ações, deverá se fazer acompanhar da Ata de eleição de seus administradores;

A.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

A.4 Decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

TÍTULO “B” - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

B.1 Prova de inscrição no CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.

B.2 Prova de regularidade perante o **Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**, através da **CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVA AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**.

B.3 Prova de situação regular perante o **Fundo de Garantia por Tempo de**

Serviço - FGTS, através de CERTIFICADO DE REGULARIDADE DO FGTS – CRF.

B.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho.

TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

B.5 Caso a Licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação, situação em que lhe será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período a critério da Ceasa/MS, para regularização, na forma prevista no art. 43 da Lei Complementar nº 123/06, caso venha a ser a detentora da proposta mais vantajosa.

B.6 Não havendo a regularização da documentação Fiscal e Trabalhista, no prazo previsto na alínea “b.5” ocorrerá a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na legislação vigente, facultada à Ceasa/MS convocar os Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato ou revogar, se for o caso, a licitação.

TÍTULO “C” - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

C.1 Certidão de Registro perante o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou perante o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU):

- a. Da empresa Licitante;
- b. Do Responsável Técnico que seja apresentado para comprovação da Capacidade Técnica Profissional.

C.1.1 Em se tratando de empresa não registrada no CREA/MS ou no CAU/MS a Licitante deverá apresentar o registro do CREA ou do CAU do Estado de origem, ficando a Licitante vencedora obrigada a apresentar o visto do CREA/MS ou do CAU/MS antes da assinatura do contrato.

C.2 **CAPACIDADE TÉCNICO PROFISSIONAL:** atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado em **NOME DO PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR INTEGRANTE DO QUADRO DA EMPRESA — devidamente registrado na entidade profissional competente**, juntamente com sua respectiva Certidão de Acervo Técnico (CAT), o qual comprove a **experiência do profissional** na execução / participação dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo da contratação. **As parcelas relevantes estão dispostas abaixo:**

| Item | Exigência | Quantidade mínima em atestado |
|------|---|-------------------------------|
| 1 | CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO, COM ESPESSURA DE 3,0 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE. REF. CÓD SINAPI 95990. | 150,61 m ² |
| 2 | CANAL ACO MONOBLOCK RD200 30.0 F900 - BDI = 15,27 - UN | 168,00 UN |
| 3 | CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, PADRÃO DNIT, FAIXA C, COM CAP 50/70 - AQUISIÇÃO POSTO USINA | 411,17 T |

Observação I: A comprovação acima **poderá** ser realizada através do somatório dos quantitativos realizados em contratos vigentes em quaisquer períodos.

C.3 VINCULAÇÃO AO QUADRO TÉCNICO-PROFISSIONAL: A comprovação de a Licitante possuir no seu quadro, na data de apresentação da proposta, equipe de profissionais detentores de atestado(s) ou certidão(ões), deverá ser feita através de um dos seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho (CTPS), devendo ser apresentada apenas as folhas de identificação em que consta a fotografia, a de qualificação, a do último contrato de trabalho celebrado com a empresa Licitante e a página seguinte em branco, e as folhas de últimas anotações gerais e página seguinte em branco;
- Certidão de registro da Pessoa Jurídica junto CREA ou CAU, onde conste o profissional como integrante do quadro de RESPONSÁVEL TÉCNICO;
- Contrato Social ou equivalente, para o caso de sócios;
- Contrato de Prestação de Serviços, com firmas reconhecidas de todos os pactuantes;
- Contrato de Trabalho, com firmas reconhecidas de todos os pactuantes.

C.3.1 Os documentos acima referidos serão considerados presumidamente verdadeiros em sua forma e conteúdo. Caso a Comissão de Licitação, provocada ou não, constate indícios de fraude, impõe-se a aplicação de sanção administrativa, atendido ao devido processo legal e denúncia ao Ministério Público.

C.3.2 Não será permitido apresentar comprovação de vínculo empregatício de um mesmo profissional, em mais de uma Proponente, sob pena de inabilitação de ambas as empresas.

C.3.3 O(s) profissional(ais) apontado(s) na proposta como detentor(es) do acervo técnico deverá(ão) ser indicado(s) como responsável(eis) técnico(s) e deverá(ão) obrigatoriamente participar da obra objeto desta Licitação, de acordo com o disposto no RILC, cabendo ao gestor do contrato observar essa questão.

C.4 CAPACIDADE TÉCNICO OPERACIONAL: a comprovação de aptidão para

o desempenho da **EMPRESA LICITANTE** será feita através de atestados de capacidade técnica — emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado **EM NOME DA PESSOA JURÍDICA LICITANTE** — relativo à execução de obra ou serviço de engenharia, compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da presente licitação, envolvendo as parcelas de maior relevância ou valor

| Item | Exigência | Quantidade mínima em atestado |
|------|---|-------------------------------|
| 1 | CONSTRUÇÃO DE PAVIMENTO COM APLICAÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), CAMADA DE ROLAMENTO, COM ESPESSURA DE 3,0 CM - EXCLUSIVE TRANSPORTE. REF. CÓD SINAPI 95990. | 150,61 m ² |
| 2 | CANAL ACO MONOBLOCK RD200 30.0 F900 - BDI = 15,27 - UN | 168,00 UN |
| 3 | CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ) PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, PADRÃO DNIT, FAIXA C, COM CAP 50/70 - AQUISIÇÃO POSTO USINA | 411,17 T |

significativo da contratação. **As parcelas relevantes estão dispostas abaixo:**

*Observação I: A comprovação acima **poderá** ser realizada através do somatório dos quantitativos realizados em contratos vigentes em quaisquer períodos.*

C.5 No caso da Proponente utilizar para comprovação das exigências mínimas, atestado(s) de obras, referente(s) a contratos executados sob o regime de consórcio, as quantidades consideradas serão apenas aquelas relativas a parcela de participação da Proponente na composição do consórcio, conforme estiver discriminado no atestado ou, na ausência desta informação no documento, por cópia do ato constitutivo do consórcio, devidamente registrado no órgão competente que deverá acompanhar o mesmo. Salvo se constarem expressamente do atestado o objeto realizado por cada uma das empresas consorciadas.

C.6 No caso da Proponente utilizar para comprovação das exigências mínimas, atestado(s) de obras, referentes a contratos executados sob o regime subcontratação, somente serão aceitos aqueles atestados que tenham sido emitidos diretamente pela contratante principal (proprietária do empreendimento), ou que estejam acompanhados de declaração da mesma, ratificando as quantidades executadas bem como os demais dados do(s) atestado(s).

C.7 Declaração formal (**vide modelo 1 no Anexo II deste Edital**) de disponibilização do escritório para realizar os serviços ou de canteiro de obras para execução de obras.

C.8 Declaração formal (**vide modelo 2 no Anexo II deste Edital**) de disponibilização das máquinas e equipamentos, de acordo com o mínimo exigido no Projeto Básico.

C.9 Apresentação Declaração Conhecimento de todos os documentos e condições necessárias à perfeita execução do objeto a ser contratado (**vide modelo 3 no Anexo II deste Edital**), assinada pelo Representante Legal da empresa.

C.10 Caso queira o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução da obra, acompanhado por agente designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 07:00 horas às 12:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (067) 3351-1770 - e-mail: dilic@ceasams.com.br até o dia 20 de novembro de 2025, sendo que neste caso não há necessidade de anexar aos Documentos de Habilitação qualquer documento que comprove a realização da vistoria.

TÍTULO “D” - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

D.1 Balanço patrimonial e demonstrações do resultado do exercício (DRE) do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, **notadamente trinta de abril**, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, tomando como base a variação ocorrida no período.

OBSERVAÇÃO

Serão considerados aceitos na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações do resultado do exercício (DRE) assim apresentados:

1) Sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima):

- Publicados Publicado em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, de forma resumida e com divulgação simultânea da íntegra dos documentos na página do mesmo jornal na internet, que deverá providenciar certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria emitida por autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil);

- Registrados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante; ou

- Escrituração Digital Contábil e Fiscal (SPED), conforme Instrução Normativa RFB nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017) e alterações.

2) Sociedade por cota de responsabilidade limitada (Ltda.):

- Fotocópia do livro diário, inclusive com os termos de abertura e de encerramento, com assinatura do contador e sócio da empresa, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente; ou

- Fotocópia do balanço e das demonstrações do resultado do exercício (DRE) devidamente registrados e autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio do licitante.

3) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

a. Em se tratando de Licitantes constituídas no mesmo exercício financeiro em que se dará o recebimento dos envelopes atinentes a este certame, estas deverão, para fins de comprovação da sua situação econômico-financeira, apresentar o seu Balanço de Abertura, devidamente chancelado pela Junta Comercial ou órgão equivalente.

b. As empresas que estiveram inativas no ano anterior, deverão apresentar cópia da declaração de inatividade entregue à Receita Federal, apresentando o último balanço patrimonial que antecede à condição de inatividade.

4) As empresas que optarem por apresentar a **Escrituração Digital Contábil e Fiscal (SPED)**, conforme Instrução Normativa RFB nº 1.774, de 22 de dezembro de 2017 e alterações, que dispensa a apresentação de balanço patrimonial registrado na Junta Comercial, deverão comprovar a utilização da ECD – Escrituração Contábil Digital, através da apresentação do Balanço Patrimonial, Demonstrações do Resultado do Exercício (DRE), Recibo de Entrega de Livro Digital emitido pela Receita Federal, com os devidos Termos de Abertura e Encerramento, sendo que será aceito o balanço do penúltimo exercício social até o último dia do quarto mês subsequente ao encerramento do exercício, normalmente, 30 de abril. Após este prazo, deverá apresentar devidamente autenticado, o balanço do último exercício social, nos termos dos Art. 1.078 c/c Art. 1.181 do Código Civil.

5) Para as empresas cadastradas no Programa REFIS deverá ser obedecido o artigo 14 da Lei Federal n.º 9.964 de 10/04/2000.

D.2 Prova de patrimônio líquido de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor da proposta, demonstrado através do Balanço Patrimonial.

D.3 Declaração (vide modelo 4 no Anexo II deste Edital), assinada pelo representante legal da Licitante, atestando que os dados referentes a apresentação dos cálculos correspondentes aos índices abaixo relacionados, foram extraídos do balanço correspondente:

Índice de Liquidez Corrente maior ou igual a 1,50

$ILC \geq 1,50$

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Índice de Endividamento Geral menor ou igual a 0,60

$IEG \leq 0,60$

$$IEG = \frac{PC + PNC}{AT}$$

Onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

AT = Ativo Total

CLÁUSULA 7ª: ABERTURA, JULGAMENTO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E NEGOCIAÇÃO

7.1 ABERTURA

7.1.1. O processamento e julgamento da licitação obedecerão às disposições deste Edital, de seus Anexos, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Ceasa/MS e da Lei nº 13.303/2016.

7.1.2. Os atos públicos poderão ser assistidos por qualquer pessoa, mas somente deles participarão ativamente as Licitantes ou representantes credenciados, não sendo permitida a intercomunicação entre eles, nem atitudes desrespeitosas ou que causem tumultos e perturbem o bom andamento dos trabalhos.

7.1.3. Depois de ultrapassado o horário para recebimento dos envelopes, conforme fixado no Preâmbulo deste Edital, nenhum outro será recebido, nem tampouco serão permitidos quaisquer adendos ou esclarecimentos relativos à proposta de preços ou documentação de habilitação apresentadas.

7.1.4. Somente até a abertura da sessão estará autorizado aos Licitantes retirada da proposta anteriormente apresentada.

7.1.5. A Proponente não poderá substituir e nem retirar os Envelopes nos 1 e 2 após iniciada a sessão de abertura das propostas, não cabendo a desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela comissão de licitação e devidamente registrado na Ata.

7.1.6. No dia, horário e local indicados no Preâmbulo deste Edital, em sessão pública, a Comissão de Licitação procederá com a abertura dos **ENVELOPES Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS**, seguido pela abertura do **ENVELOPE Nº 02 - DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** da proposta melhor classificada e considera apta, nos termos deste Edital.

7.1.7. Na abertura do **ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS** será feita a verificação da conformidade e compatibilidade de cada proposta com os requisitos e especificações deste Edital, promovendo-se a desclassificação das propostas desconformes ou incompatíveis, conforme o Critério de Classificação estabelecido no Preâmbulo deste Edital.

7.1.8. Na data da abertura dos envelopes contendo as propostas, serão rubricados os documentos pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes legais das entidades licitantes. A Comissão de Licitação, caso julgue necessário,

poderá suspender a sessão para análise das propostas.

7.2. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.2.1. Após a fase de negociação, a Comissão de Licitação verificará o porte das empresas licitantes classificadas. Havendo microempresas, empresas de pequeno porte participantes, proceder-se-á a comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/06.

7.2.2. Nessas condições, as propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da proposta de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.2.2.1. Com base nos art. 47 e 48 §3º da Lei Complementar nº 123/2006, e do RILC – Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Ceasa/MS, com a finalidade de promover o desenvolvimento econômico e social no âmbito regional, a preferência da contratação a que se refere o subitem 7.2.2 acima, só será concedido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediadas no Estado de Mato Grosso do Sul.

7.2.2.2. Conforme previsto no RILC - Regulamento Interno da Ceasa/MS, não se aplica o disposto no subitem 7.2.2 se o valor estimado para essa contratação for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte.

7.2.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 10 (dez) minutos. Caso a proponente não tenha representante legal na sessão, esta decairá do direito.

7.2.4. A microempresa ou empresa de pequeno porte não tendo interesse em apresentar nova proposta, ou não haja representante na sessão, a empresa subsequente, ou seja, empresa que esteja apta a utilizar o disposto na Lei Complementar 123/06 poderá fazê-lo nas mesmas condições.

7.2.5. Caso sejam identificadas propostas de preços idênticos de microempresa e empresa de pequeno porte na faixa de até 10% (dez por cento) sobre o valor cotado pela primeira colocada após a fase de negociação, a preferência para cobrir a melhor oferta se dará por sorteio.

7.2.6. O critério de desempate ficto disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.2.6.1. Havendo êxito no procedimento de desempate, será elaborada a nova classificação das propostas para fins de aceitação do valor ofertado. Não sendo aplicável o procedimento, ou não havendo êxito na aplicação deste, prevalecerá a classificação inicial.

7.2.6.2. A microempresa ou empresa de pequeno porte que deixar de apresentar no credenciamento a declaração de enquadramento como ME/EPP, conforme modelo

anexo no edital, decairá do direito de ser tratada como tal.

7.2.7. Para efeito de julgamento da proposta, não serão consideradas quaisquer ofertas ou vantagens não previstas ou reguladas por este Edital ou por seus Anexos.

7.2.8. As propostas serão classificadas em ordem crescente de preços propostos. **Após a abertura dos envelopes de preços, não caberá desistência da proposta, salvo por justo motivo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.**

7.3. CRITÉRIOS PARA DESEMPATE DAS PROPOSTAS

7.3.1. Em caso de empate entre 02 (duas) ou mais propostas, serão utilizados, na ordem em que se encontram enumerados, os seguintes critérios de desempate:

- I - Disputa final, em que os Licitantes empatados poderão apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;
- II - Exame do desempenho contratual prévio dos Licitantes, desde que previamente instituído sistema objetivo de avaliação;
- III - os critérios estabelecidos no Art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, quando a licitação envolver a contratação de bens ou serviços de informática;
- IV - Sorteio.

7.4. DA VERIFICAÇÃO DA EFETIVIDADE DAS PROPOSTAS

7.4.1. Após efetuar o julgamento das propostas, a Comissão promoverá a análise quanto a sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daquelas que:

- I - Contenham vícios insanáveis;
- II - Descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;
- III - apresentem preços manifestamente inexequíveis;
- IV - Se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;
- V - Não tenham sua exequibilidade demonstrada;
- VI - Apresentem desconformidade com outras exigências do presente instrumento convocatório.
- VII - Em que se verifique que qualquer um dos seus itens parciais de orçamento supera o correspondente referencial fixado pela Ceasa/MS, sendo que será oportunizado ao primeiro colocado a adequação da planilha em conformidade com a Planilha de Orçamento da Ceasa/MS, sob pena de desclassificação.

7.4.2. A CEASA/MS poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, nos termos da Lei 13.303 e do RILC.

7.4.3. A Comissão poderá, caso constatada a existência de erros numéricos nas propostas apresentadas, proceder às correções necessárias para a apuração dos preços reais propostos, atendo-se as seguintes disposições:

- a) Havendo divergência entre o valor global registrado sob forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;
- b) Havendo preços unitários distintos para itens de igual especificação prevalecerá o de menor valor unitário;
- c) Havendo divergência nos subtotais provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários proceder-se-á a correção preservando os quantitativos e os preços unitários propostos;
- d) Havendo cotação de preços unitários com mais de duas casas decimais serão consideradas apenas as duas primeiras casas decimais permitidas, desprezando as demais.

7.5. DA ETAPA DE NEGOCIAÇÃO

7.5.1. Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, a Ceasa/MS realizará negociação de condições mais vantajosas com quem o apresentou.

7.5.1.1. A **negociação** deverá ser feita com os demais licitantes presentes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado. **Caso a proponente não tenha representante presente na sessão de abertura, esta decairá do direito de negociar.**

7.5.2. Havendo êxito na negociação, a Comissão de Licitação fixará o prazo de 03 (três) dias úteis para o envio da nova proposta de preços, com todos os elementos elencados neste Edital, que serão novamente verificados para atestar a efetividade da proposta. A não apresentação no prazo em questão implica em desclassificação da proponente.

7.5.3. Se a proposta de preço não for aceitável, a Comissão de Licitação a desclassificará e examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.5.4. A intimação do resultado do julgamento das propostas será feita mediante divulgação no sítio eletrônico da Ceasa/MS e diretamente aos representantes das licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, se presentes todos os interessados.

7.5.5. Se todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá conceder o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de novas propostas, escoimadas das causas que culminaram na desclassificação, ou declarar, motivadamente, a Licitação como fracassada.

CLÁUSULA 8ª: DA HABILITAÇÃO

8.1. Imediatamente após a etapa de negociação, a Comissão de Licitação efetuará a abertura do **ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**, da Licitante mais bem classificada, cuja proposta foi analisada e declarada efetiva.

8.2. O conteúdo do ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO será rubricado pelos membros da Comissão de Licitação e pelos representantes presentes.

8.3. Caso a Comissão de Licitação julgue conveniente, poderá suspender a sessão para analisar os documentos apresentados, marcando, nesta oportunidade, nova data e horário em que voltará a reunir-se, informando as Licitantes. Nessa hipótese, todos os envelopes dos documentos de habilitação permanecerão em poder da Comissão de Licitação, até que seja concluída esta fase.

8.3.1. Com a finalidade de dar mais celeridade ao certame, sem que haja a necessidade de nova sessão pública, caso ocorra a situação acima mencionada, a Comissão de Licitação poderá, a seu critério, proceder a abertura de outros envelopes de habilitação, respeitando a ordem de classificação das propostas. Assim, havendo a inabilitação da melhor proposta a Comissão de Licitação realizará a análise das documentações subsequentes.

8.3.2. Havendo necessidade de nova sessão pública para abertura de mais envelopes de habilitação, a nova data e horário serão informados no site da Ceasa/MS no link correspondente a este certame.

8.4. Será considerada inabilitada, ressaltando-se as hipóteses de saneamento, a Licitante que:

8.4.1. Apresentar a documentação de habilitação de forma divergente do exigido neste Edital;

8.4.2. Apresentar certidões vencidas, salvo quando as mesmas puderem ser emitidas via internet, hipótese em que a situação retratada na certidão emitida em sessão será a válida para o resultado da licitação;

8.4.3. Deixar de apresentar a documentação exigida neste Edital ou apresentá-la de forma incompleta.

8.5. Poderá ser concedido, a critério da Comissão de Licitação, prazo para atendimento de diligências promovidas na forma do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Ceasa/MS.

8.6. A não regularização por meio da diligência prevista no subitem anterior acarretará a inabilitação da Licitante, sem prejuízo das sanções previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Ceasa/MS, sendo facultado à Comissão de Licitação convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, mediante ato fundamentado e aprovação da Autoridade Imediatamente Superior.

8.7. A intimação dos atos de habilitação ou inabilitação das Licitantes será feita mediante publicação de acordo com as normas contidas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Ceasa/MS, salvo se presentes os prepostos das Licitantes no ato público em que foi adotada a decisão, caso em que a intimação será feita por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

8.8. Se todas as licitantes forem inabilitadas, a Comissão de Licitação poderá conceder o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a apresentação de novos documentos, escoimados das causas que culminaram na inabilitação, ou declarar, motivadamente, a Licitação como fracassada.

CLÁUSULA 9a: ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÕES / RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. ESCLARECIMENTOS

9.1.1. Até às 12:00 horas (horário local), do 3º (terceiro) dia útil anterior à data fixada para a abertura da licitação, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos acerca da licitação, que deverão ter sua resposta ratificada pela Autoridade signatária do instrumento convocatório, em até 2 (dois) dias úteis contados da interposição.

9.1.2. As respostas dadas aos esclarecimentos serão publicadas no sítio eletrônico da Ceasa/MS e passam a integrar o instrumento convocatório na condição de anexos. Portanto, é de responsabilidade da empresa interessada o constante acesso ao referido sítio, a fim de tomar conhecimento de eventuais consultas e respectivas respostas. O mesmo se aplica a eventuais esclarecimentos emitidos pela Ceasa/MS.

9.1.3. Pedidos apresentados além do horário indicado no Preâmbulo deste Edital serão considerados como recebidos no dia útil posterior.

9.1.4. Não serão considerados os questionamentos e os pedidos de informações e esclarecimentos intempestivos.

9.1.5. Nenhuma licitação ocorrerá sem que todos os pedidos de esclarecimento sejam devidamente respondidos e disponibilizados no sítio eletrônico da Ceasa/MS.

9.1.6. Quaisquer informações, esclarecimentos ou dados fornecidos verbalmente, por empregados da Ceasa/MS, inclusive membros da Comissão de Licitação, não serão considerados e nem aceitos como argumentos para reclamações, impugnações ou reivindicações por parte das Proponentes.

9.2. IMPUGNAÇÕES

9.2.1. Qualquer interessado poderá, até às 12:00 horas (horário local), do 4º (quarto) dia útil anterior à data fixada para a abertura da licitação, impugnar o ato convocatório da licitação, sob pena de decadência do direito de fazê-lo administrativamente.

9.2.2. A impugnação ao edital deverá ser dirigida à Comissão de Licitação, devendo a resposta formulada ser ratificada pela autoridade que expediu o presente instrumento convocatório.

9.2.3. As impugnações deverão ser processadas, julgadas, decididas e comunicadas em até 3 (três) dias úteis contados da sua interposição e não sendo atendido esse prazo, a abertura da licitação deverá ser adiada, convocando-se os interessados para abertura da licitação em nova data, sempre com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

9.2.4. As respostas aos pedidos de impugnação serão publicadas em até 03 (três) dias úteis contados da interposição e serão disponibilizadas no site www.ceasa.ms.gov.br. Portanto, é de responsabilidade da empresa interessada o constante acesso ao referido sítio, a fim de tomar conhecimento de eventuais impugnações e respectivas respostas.

9.2.5. Se a impugnação for julgada procedente, caberá:

9.2.5.1. na hipótese de ilegalidade insanável, anular a licitação total ou parcialmente;

9.2.5.2. na hipótese de defeitos ou ilegalidades sanáveis, corrigir o ato, devendo:

9.2.5.3. republicar o aviso da licitação pela mesma forma que se deu a publicação do aviso original, reabrindo-se o prazo de publicidade inicialmente definido, exceto se a alteração no instrumento convocatório não afetar as condições de participação no certame;

9.2.5.4. comunicar a decisão da impugnação, mediante publicidade no sítio eletrônico da Ceasa/MS.

9.2.6. Se a impugnação for julgada improcedente, a decisão deverá ser publicada no sítio eletrônico da Ceasa/MS, dando seguimento à licitação.

9.2.7. Impugnações apresentadas além do horário indicado no Preâmbulo deste Edital serão considerados como recebidos no dia útil posterior.

9.2.8. Impugnações intempestivas não serão conhecidas pela Comissão de Licitação.

9.3. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.3.1. Haverá fase recursal única, após o encerramento da licitação através de publicação da ata de encerramento da licitação no site da Ceasa/MS no link desta licitação, sendo concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar as razões do recurso, sob pena de preclusão do direito.

9.3.2. O procedimento da fase recursal se dará nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Ceasa/MS.

9.3.3. As razões de recurso, bem como as contrarrazões, deverão ser protocolizadas no DILIC - Divisão de Licitação e Contrato da Ceasa/MS, sendo que serão aceitos documentos enviados por e-mail até a data e hora limite estipuladas, com imediato encaminhamento dos originais, para a Rua Antônio Rahe, nº 680, Bairro Mata do Jacinto, CEP: 79033-580 em Campo Grande/MS, Fone (0xx67) 3351-1770, no horário das 07:00 às 12:00.

9.3.4. Eventual acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.3.5. Para efeito da contagem de prazo, recursos apresentados além do horário indicado no Preâmbulo deste Edital serão considerados como recebidos no dia útil posterior.

9.3.6. Recursos intempestivos não serão conhecidos pela Comissão de Licitação.

9.3.7. Tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante utilização de recurso ou de meios manifestamente protelatórios sujeita o autor às sanções legais e administrativas aplicáveis.

CLÁUSULA 10a: DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1. O objeto desta licitação não poderá ser objeto de subcontratação.

10.2. É vedada a transferência total ou parcial dos direitos e obrigações decorrentes desta licitação, independente de autorização das CEASA/MS.

10.3. A contratada não poderá utilizar terceiros para a execução dos serviços contratados, salvo mediante autorização formal das CEASA/MS e desde que não configure subcontratação.

10.4. A execução do objeto contratual deverá ser realizada exclusivamente pela empresa vencedora, sendo proibida a cessão, locação ou qualquer forma de compartilhamento da estrutura operacional com outras empresas.

10.5. A licitante vencedora compromete-se a manter equipe própria e qualificada para a execução dos serviços, sendo vedada a terceirização das atividades fim previstas no contrato.

10.6. A contratada não poderá firmar parcerias, consórcios ou acordos operacionais com outras empresas para fins de cumprimento do objeto contratual, salvo autorização expressa da Administração.

10.7. Qualquer tentativa de subcontratação ou transferência indevida será considerada infração contratual grave, sujeita às penalidades previstas na legislação vigente e no edital.

CLÁUSULA 11ª: DA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E MEDIÇÃO

11.1. A execução, fiscalização e medição das obras deverá obedecer rigorosamente aos documentos instrutores da Licitação.

11.2. Qualquer alteração de projeto e/ou especificação somente será admitida com autorização prévia e expressa da CEASA/MS, nos termos da legislação.

11.3. A Contratada compromete-se a atender às determinações da fiscalização da Ceasa/MS no prazo máximo de 24 horas e a prestar toda assistência e colaboração necessárias.

11.4. Quaisquer reparos de falhas ou reexecução das obras serão obrigatoriamente feitos pela Contratada sem nenhum ônus para a Ceasa/MS e sem nenhuma revisão de prazos dos cronogramas. Nesses casos, a Contratada ficará ainda sujeita às penalidades previstas pelo contrato.

11.5. Os prazos de execução e os marcos intermediários por Unidade Construtiva deverão ser rigorosamente cumpridos ficando a Contratada sujeita às multas previstas para o caso.

11.6. A Contratante e a empresa contratada manterão na obra o Boletim Diário de Ocorrência, visando registrar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados, sendo que a primeira via será recolhida pela fiscalização quando da realização da medição, e que os fatos que possam determinar atrasos e diferenças em serviços em relação ao pactuado somente serão considerados se estiverem devidamente registrados no BDO ou em cartas, atas de reuniões e outros documentos pertinentes na data da sua ocorrência ou constatação.

11.7. As medições mensais serão baseadas nas vistorias e avaliações dos serviços realmente realizados e serão feitas pela fiscalização da Ceasa/MS, devidamente acompanhado por um representante designado pela Contratada.

11.7.1. Constarão nas medições mensais o nome dos profissionais que efetivamente atuam na obra como representantes da Contratada com a finalidade de registrar os períodos de atuação dos profissionais. Os representantes devem estar efetivamente credenciados pela Contratada, conforme a Declaração de Responsabilidade Técnica apresentada na licitação.

11.7.2. A medição e faturamento dos serviços serão realizados conforme percentuais definidos conforme critérios de medição em anexo ao edital. Os serviços serão previamente vistoriados e aprovados pela Fiscalização da Ceasa/MS.

CLÁUSULA 12ª: CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

12.1. Homologado o resultado da Licitação, a Adjudicatária será convocada por e-mail informado na sua Proposta de Preços, para assinatura do Termo de Contrato, o qual deverá ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da convocação. Este prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da autoridade competente, quando solicitado pela Adjudicatária durante o período previsto em convocação e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Ceasa/MS.

12.1.1. O Contrato poderá ser assinado fisicamente ou digitalmente, nos mesmos termos deste edital.

12.1.2. No caso de assinatura digital, esta deverá ser realizada mediante utilização de certificado digital reconhecido e identificado pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

12.1.3. Caso ambas as Partes não assinem o contrato no mesmo ato, caberá a Contratada assinar o instrumento de contrato por primeiro e devolver para assinatura da Contratante.

12.1.4. A data de assinatura do contrato lançada no instrumento será a do dia que o Contratante promover sua assinatura, observando o estabelecido no subitem 12.1.1.

12.1.5. A empresa contratada deverá obrigatoriamente estar cadastrada no Sistema e-CJUR do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul, conforme determina a Resolução TCE/MS nº 65 de 13 de dezembro de 2017 e alterações. O cadastro poderá ser realizado acessando o seguinte link: <https://ww4.tce.ms.gov.br/ecjur/#>

12.2. Na hipótese de o convocado deixar de comparecer quando convocado, de não retirar o instrumento contratual ou se recusar, imotivadamente, a assinatura do Contrato, no prazo e condições estabelecidas, decairá o direito à contratação e estará sujeito à imposição de multa correspondente a até 5% (cinco por cento) do valor da contratação, conforme previsão do art. 210, inciso I, alínea "b" do RILC-Regulamento Interno de Licitações.

12.3. Na ocorrência do estabelecido no item anterior, poderá a Ceasa/MS convocar as Licitantes remanescentes na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços devidamente atualizados, ou revogar a licitação, independentemente das consequências previstas no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Ceasa/MS.

12.4. Os contratos celebrados com a CEASA/MS terão prazo de vigência e prazo execução.

12.4.1 O prazo de execução corresponderá ao prazo que a Contratada tem para a realização do objeto contratado;

12.4.2. O prazo de vigência corresponderá ao prazo necessário para a emissão da Ordem de Serviço, bem como para a execução de acertos ou reparos e a respectiva emissão do laudo de recebimento definitivo do objeto contratado.

12.5. A CEASA/MS fica autorizada a preventivamente promover a retenção da garantia contratual e dos créditos devidos ao Contratado, quando se fizer necessário para evitar prejuízo decorrente do inadimplemento do contrato relativos ao não pagamento ou a discussões administrativas ou judiciais relativas à encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais ou comerciais resultantes da execução do presente contrato.

12.6. Este Edital e seus anexos e a proposta da Licitante vencedora serão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

12.7. A Contratada deverá observar, na execução do objeto do contrato, o Código de Ética da Ceasa/MS, bem como as Especificações Técnicas de Segurança do Trabalho, Medicina Ocupacional e Meio Ambiente para Contratados, que são partes integrantes deste Edital, independente de transcrição. A inobservância poderá suscitar a rescisão unilateral do contrato e aplicação das penalidades cabíveis.

12.8. Da Matriz de Risco

A matriz de risco é o instrumento que define as responsabilidades do CONTRATANTE e do CONTRATADO na execução do INSTRUMENTO CONTRATUAL. Com base na matriz de risco, são definidas as diretrizes das cláusulas contratuais.

II. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos relacionados ao objeto do ajuste, inclusive, mas sem limitação, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO – ANEXO do Contrato.

III. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos relacionados ao objeto do ajuste, cuja responsabilidade é do CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCO – ANEXO do Contrato.

IV. Constitui peça integrante do INSTRUMENTO CONTRATUAL, independentemente de transcrição no instrumento respectivo, a MATRIZ DE RISCO – ANEXO do Contrato.

V. O termo risco no INSTRUMENTO CONTRATUAL é designado como um evento ou uma condição incerta que, se ocorrer, tem um efeito em pelo menos um objetivo do empreendimento. O risco é o resultado da combinação entre probabilidade de ocorrência de determinado evento futuro e o impacto resultante caso ele ocorra. Esse conceito pode ser ainda mais específico ao se classificar o risco como a probabilidade de ocorrência de um determinado evento que gere provável prejuízo econômico.

VI. A análise dos riscos associados ao empreendimento é realizada com base nas informações da Matriz de Risco.

VII. Para eventos supervenientes alocados na matriz de risco como de responsabilidade da CONTRATADA, é vedada a celebração de aditivos que alterem essa condição.

VIII. A CONTRATADA declara:

- a) Ter pleno conhecimento da natureza e extensão dos riscos por ela assumidos no INSTRUMENTO CONTRATUAL; e
- b) Ter levado tais riscos em consideração na formulação de sua proposta.

12.9. As informações a respeito da Garantia de Execução, do Reajuste, da Entrega, das Obrigações de Contratante e Contratada, da Entrega e do Recebimento do Objeto da Licitação, da Fiscalização, do Pagamento, da Rescisão Contratual e

demais informações a respeito da contratação e fase de execução do Contrato estão contidas na Minuta do Contrato, Anexo III deste Edital.

CLÁUSULA 14ª – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1 Pela prática de atos em desacordo com a legislação, com o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CEASA/MS (RILC), ou com as disposições deste contrato, e sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e criminal, o contratado ficará sujeito, garantido o contraditório e a ampla defesa, às seguintes sanções:

- I. Advertência por escrito, nos casos de pequenas irregularidades que não acarretem prejuízos significativos à CEASA/MS;
- II. Multa moratória, pelo atraso injustificado no cumprimento dos prazos contratuais;
- III. Multa compensatória, pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais;
- IV. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CEASA/MS, por até 2 (dois) anos.

14.2. As sanções previstas nos incisos acima poderão ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, conforme a gravidade da infração.

14.3. A reincidência da sanção de advertência poderá ensejar a aplicação de multa de até 5% (cinco por cento) do valor do contrato ou a suspensão do direito de licitar e contratar com a CEASA/MS.

14.4. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

- I. Interposição de recursos meramente protelatórios durante a fase de licitação: até 5% do valor máximo da licitação;
- II. Não regularização da documentação de habilitação no prazo legal: até 5% do valor máximo da licitação;
- III. Recusa em assinar ou retirar o contrato no prazo legal: até 5% do valor máximo da licitação;
- IV. Atraso na entrega da garantia contratual: até 5% do valor total do contrato;
- V. Atraso injustificado na execução contratual: 0,3% ao dia sobre o valor da parcela inadimplida, limitado a 5% do valor do contrato;
- VI. Atraso na entrega total do objeto: 0,33% ao dia sobre o valor da parcela não executada, limitado a 9,9%;
- VII. Inexecução parcial: 5% sobre o valor da parcela inadimplida;
- VIII. Inexecução total: 10% sobre o valor total do contrato.

14.5. Antes da aplicação de qualquer sanção, o contratado será formalmente notificado para apresentar defesa no prazo de:

I. 2 (dois) dias úteis para multas;

II. 5 (cinco) dias úteis para as demais sanções.

14.6. O valor da multa será considerado parte controversa e poderá ser retido até a conclusão do processo administrativo. A parte incontroversa poderá ser paga normalmente.

14.7. Se a multa exceder o valor da garantia, ou não puder ser descontada dela, a diferença será cobrada judicialmente ou descontada de pagamentos futuros.

14.8. As multas deverão ser recolhidas no prazo de até 30 (trinta) dias a contar da intimação, podendo ser descontadas da garantia.

14.9. A suspensão do direito de licitar e contratar será aplicada em razão de ação ou omissão que cause ou possa causar dano à CEASA/MS, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, com gradação conforme a gravidade:

I. Branda: de 1 a 6 meses;

II. Média: de 7 a 12 meses;

III. Grave: de 13 a 24 meses.

14.10. A suspensão terá início após o trânsito em julgado do processo administrativo e sua publicação no Diário Oficial do Estado, estendendo-se a todas as unidades da CEASA/MS.

14.11. A reincidência de infração punível com suspensão, no prazo de até 2 (dois) anos, implicará no agravamento da penalidade.

14.14. A aplicação da suspensão poderá acarretar a rescisão contratual, a critério da CEASA/MS.

14.13. A sanção de suspensão implicará no cancelamento do registro cadastral da contratada, se existente, ou no impedimento de nova inscrição.

14.14. Estendem-se os efeitos da suspensão às empresas ou profissionais que:

I. Tenham sofrido condenação definitiva por fraude fiscal dolosa;

II. Tenham praticado atos ilícitos para frustrar a licitação;

III. Demonstrem inidoneidade para contratar com a CEASA/MS.

14.15. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanção, entre outras previstas no RILC:

I. Apresentação de documentos falsos;

II. Fraude ou conluio em licitação;

III. Afastamento de concorrentes por meios ilícitos;

IV. Má-fé na execução contratual;

V. Manipulação de preços ou qualidade de bens/serviços;

- VI. Obstrução de fiscalização;
- VII. Criação fraudulenta de pessoa jurídica;
- VIII. Obtenção indevida de vantagens contratuais;
- IX. Descumprimento de obrigações trabalhistas, previdenciárias e fundiárias.

14.16. O não pagamento de salários, vale-transporte, auxílio alimentação e encargos sociais constitui falta grave passível de rescisão contratual, sem prejuízo de outras penalidades.

14.17. Das penalidades aplicadas caberá recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis, conforme disciplinado no RILC.

CLÁUSULA 15ª – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Todos os prazos serão sempre contados em dias úteis, salvo indicação em contrário, e todos os atos da Comissão de Licitação estarão disponíveis no sítio eletrônico da Ceasa/MS.

15.2. A obtenção do Edital por outros meios que não o indicado no Preâmbulo deste Edital impede o controle dos interessados pela DILIC - Divisão de Licitação e Contratos da Ceasa/MS de comunicar, a quem tenha adquirido o Edital de forma diversa, eventuais retificações, alterações e esclarecimentos ocorridos no instrumento convocatório, bem como quaisquer informações adicionais.

15.3. A qualquer tempo, antes da data fixada para apresentação das propostas, poderá a Comissão, se necessário, modificar este instrumento, hipótese em que deverá proceder à divulgação, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

15.3.1. Na eventualidade da não realização da licitação na data aprazada será marcada nova data e hora, procedendo com a fixação da comunicação às Licitantes no sítio eletrônico das CEASA/MS.

15.3.2. As CEASA/MS podem adiar a licitação ou prorrogar o prazo para recebimento de proposta, sem que caiba aas Licitantes qualquer reclamação ou direito a indenização ou reembolso.

15.4. É facultado à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

15.5. A autoridade competente poderá, até a assinatura do contrato, excluir Licitante, em despacho motivado, se tiver ciência de fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que revele inidoneidade ou falta de capacidade técnica ou financeira, nos termos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Ceasa/MS.

15.6. Os casos omitidos neste Edital serão dirimidos pela Comissão de Licitação, com observância do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Ceasa/MS, da Lei nº 13.303/2016, bem como na jurisprudência e doutrina aplicáveis.

15.7. A licitação poderá ser revogada ou anulada, nos termos previstos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Ceasa/MS, assegurado aos Licitantes o direito ao contraditório e à ampla defesa.

15.8. A Ceasa/MS não se responsabilizará por comunicações e publicações não recebidas por motivo de ordem técnica dos computadores das Licitantes, bem como falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, e outros fatores que impossibilitem o recebimento de dados por parte das Licitantes.

15.9. A documentação de habilitação das demais licitantes, lacrados em envelopes ou não, **permanecerá arquivada na Ceasa/MS pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos, contados a partir da publicação do resultado da licitação, no sítio eletrônico da Ceasa/MS. As Licitantes poderão retirar sua documentação em até 05 (cinco) dias úteis após referido prazo, quando os documentos serão descartados.**

15.10. Para quaisquer questões judiciais oriundas do presente Instrumento Convocatório, prevalecerá o Foro da Comarca de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Campo Grande/MS, 03 de outubro de 2025.

**Daniel Mamédio
do Nascimento**

Daniel Mamédio do
Nascimento
2025.11.03 07:51:51 -04'00'
2025.001.20756

Daniel Mamédio do Nascimento
Diretor-Presidente
CEASA/MS



Anexo II
Modelos Fornecidos

MODELO 1: DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIZAÇÃO DE ESCRITÓRIO

(Papel Timbrado)

D E C L A R A Ç Ã O

Ref.: Licitação 006/2025 – Ceasa/MS

....., inscrito no CNPJ nº.....,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a).....,
portador(a) da Carteira de Identidade nºe do CPF
nº....., DECLARA, que em se sagrando vencedora da licitação em
exame e vindo a ser contratada, disponibilizará de escritório para realizar dos
serviços objeto do certame em epígrafe.

Local e Data



**MODELO 2: DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS**

(Papel Timbrado)

D E C L A R A Ç Ã O

Ref.: Licitação 006/2025 – CEASA/MS

....., inscrito no CNPJ nº....., por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)., portador(a)
da Carteira de Identidade nºe do CPF nº..... ,
DECLARA, que, em se sagrando vencedora da licitação em exame e vindo a ser
contratada, disponibilizará e empregará na execução do objeto todas as máquinas e
equipamentos, de acordo com o mínimo exigido no Projeto Básico.

Local e Data



**MODELO 3: DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DE TODOS OS
DOCUMENTOS E CONDIÇÕES NECESSÁRIAS À PERFEITA EXECUÇÃO DO
OBJETO A SER CONTRATADO**

(Papel Timbrado)
DECLARAÇÃO

Ref.: Licitação 006/2025 – Ceasa/MS

....., inscrito no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a)
da Carteira de Identidade nºe do CPF nº, DECLARA,
que em xx/xx/2025, acessou ao site da CEASA/MS, e baixou o Edital e todos os
projetos pertinentes ao objeto da Licitação nº 006/2025, tomando assim conhecimento
de todos os documentos e condições necessárias à perfeita execução do objeto a ser
contratado.

Local e Data



**MODELO 4: DECLARAÇÃO DE QUE OS ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS
APRESENTADOS FORAM CALCULADOS A PARTIR DO BALANÇO
PATRIMONIAL**

(Papel Timbrado)
DECLARAÇÃO

Ref.: Licitação 006/2025 – Ceasa/MS

....., inscrito no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)....., portador(a)
da Carteira de Identidade nºe do CPF nº, DECLARA,
que os dados referentes a apresentação dos cálculos correspondentes aos índices
econômico-financeiros apresentados para sua habilitação no aludido certame, foram
extraídos do balanço correspondente apresentado junto de sua documentação.

Local e Data



**MODELO 5: DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA
OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

(Papel Timbrado)
DECLARAÇÃO

Ref.: Licitação 006/2025 – Ceasa/MS

....., inscrito no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a), portador(a)
da Carteira de Identidade nºe do CPF nº, DECLARA,
para fins do disposto no Edital de Licitação supra indicado, sob penas da lei, preencher
todos os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123/2006, em especial no seu
art. 3º e § 4º, estando apta a usufruir os benefícios e tratamento diferenciado concedido
por esta Lei às microempresas e empresas de pequeno porte no Processo Licitatório
em questão.

Local e Data

Nota: "A falsidade desta DECLARAÇÃO, objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, configura fraude à licitação, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a licitante obtenha a vantagem esperada, assim como caracterizará crime de que trata o art. 299 do Código Penal. Poderá, ainda, o agente de licitação e/ou pregoeiro diligenciar no sentido de buscar a veracidade da declaração firmada pelos meios legais e administrativos disponíveis".



MODELO 6: DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE IMPEDIMENTO

(Papel Timbrado)
DECLARAÇÃO

Ref.: Licitação 006/2025 – Ceasa/MS

....., inscrito no CNPJ nº....., por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)., portador(a)
da Carteira de Identidade nºe do CPF nº ,
DECLARA, para fins do disposto no Edital de Licitação supra indicado, sob penas da
lei, não se enquadrar em nenhuma das situações de impedimento previstas na Lei nº
13.303/2016, no RILC e no Instrumento Convocatório da Licitação em questão,
estando apta para participar de licitações e contratar com a Ceasa/MS.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Local e Data

Representante Legal

**MODELO 7: DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO E AUSÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE**

(Papel Timbrado)
DECLARAÇÃO

Ref.: Licitação 006/2025 – Ceasa/MS

....., inscrito no CNPJ nº, por
intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)., portador(a)
da Carteira de Identidade nºe do CPF nº, DECLARA,
para fins do disposto no Edital de Licitação supra indicado, sob penas da lei, estar
ciente e preencher todos os requisitos de habilitação fixados no aludido instrumento
convocatório, bem como a ausência de qualquer fato superveniente impeditivo à sua
participação no certame ou capaz de determinar sua inabilitação.

Local e Data

MODELO: C A R T A P R O P O S T A

(Apresentar em papel timbrado da Proponente)

ÀS CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MATO GROSSO DO SUL - CEASA/MS
LICITAÇÃO Nº 006/2025

OBJETO: Contratação de empresa para execução de serviços de engenharia comuns para a reestruturação funcional do pavimento de 5.020,26 m² e drenagem superficial na pista de rolamento da Ceasa/MS.

Prezados Senhores:

Pela presente, submetemos à apreciação de V.S^{as.}, a nossa proposta relativa à licitação em epígrafe, declarando que:

- a) O prazo máximo para a execução das obras é de 02 (dois) meses contados a partir da emissão da Ordem de Serviço expedida pela DILIC – Divisão de Licitação e Contrato da Ceasa/MS.
- b) O prazo de vigência do Contrato é de 12 (doze) meses contados a partir da assinatura do contrato.
- c) Nossa proposta tem o valor de R\$, (), referente ao mês de /2025; (data da abertura).
- d) Manteremos nossa proposta pelo prazo mínimo de 90 (noventa) dias, a contar desta data;
- e) O prazo para pagamento das faturas é de até 30 (trinta) dias contados da apresentação e aprovação das respectivas faturas.
- f) Os serviços somente serão recebidos pela CEASA/MS após o atendimento de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência com a qualidade requerida. Os serviços executados deverão ter a garantia de 01 (hum) ano, ficando apenas como exceção os casos em que for realizada nova intervenção por parte da CEASA/MS que ocasione rompimento do pavimento. Os serviços porventura executados posteriormente, nos mesmos endereços, dentro do prazo de garantia, serão considerados retrabalho e não serão remunerados.
- g) A responsabilidade técnica na execução da obra caberá ao Engenheiro..... registrado no CREA sob o nº , sendo que este é um dos detentores do acervo técnico comprovando a execução de obras semelhantes que foi apresentado na fase de qualificação técnica.

Indicamos a seguir:

- a) O endereço eletrônico da empresa para o caso de convocação para assinatura de contrato e envio de demais correspondências
xxx@xxxx.xxx.xx
- b) O representante legal da empresa para o caso de assinatura de contrato com a CEASA/MS, será o Sr. RG nº CPF nº

Atenciosamente

Campo Grande-MS, de de 2025.

(Nome e assinatura do responsável legal pela firma proponente)

